

5 Conclusão

O objetivo do presente trabalho foi pesquisar a relação entre religiosidade e cidadania no Brasil contemporâneo, focando em particular o caso das novas comunidades católicas nascidas na Renovação Carismática Católica (RCC), as comunidades de vida e aliança, mais conhecidas também como *Novas Comunidades*.

Como exposto no primeiro capítulo, há em curso no campo religioso brasileiro uma mudança significativa que assinala para o declínio da hegemonia católica e para uma crescente pluralização religiosa, especialmente novos modos de crer e pertencer institucionalmente, que apontam para o aumento gradativo dos “sem religião” e do trânsito religioso. No caso do catolicismo, como religião historicamente hegemônica e majoritária, se observa um processo contraditório: por um lado, acontece uma desregulação institucional onde os fiéis se tornam mais livres para brincar os conteúdos da fé, mas por outro, há um reavivamento do catolicismo proporcionado pela RCC, que reativa a identidade católica em uma perspectiva pentecostal em sintonia com o processo de pentecostalização do campo religioso levado a cabo pelas igrejas evangélicas.

Nesse aspecto, as Novas Comunidades representam uma consolidação do pentecostalismo católico ao constituírem um novo estilo de vida, um novo *ethos* católico no já diverso e plural universo católico. A novidade das Novas Comunidades reside, assim como na RCC, na articulação entre o catolicismo tradicional pré-conciliar (práticas de piedade e devoção, dicotomia entre sobrenatural e natural), com os elementos de modernidade trazidos pelo Concílio Vaticano II (valorização da autonomia do fiel, valorização do laicato), e com elementos de pós-modernidade que estão disseminados pela cultura contemporânea (valorização da expressividade, da subjetividade e das emoções). Mas as Novas Comunidades vão além da RCC ao serem um lugar propício para a constituição e afirmação de uma identidade católica compartilhada em comunidade.

No contexto da região metropolitana do Rio de Janeiro, uma área com o maior percentual de evangélicos do país, onde os evangélicos na política e na

mídia marcam uma presença contundente, a identidade católica se vê fortemente provocada. E levando em consideração ainda como, desde os anos 80, a região metropolitana do Rio vem passando por um processo de declínio econômico, de fim do projeto nacional-desenvolvimentista e de sua ideologia de nação grande e rica em oportunidades de ascensão social, presenciamos, portanto, uma situação de crise social, em que a escalada do narcotráfico e da violência são sua face visível; estamos diante de um quadro social que se assemelha ao que Giddens afirma gerar “insegurança ontológica”, o descontrole do “carro de jagrená”, que em nosso caso é o colapso do Estado Nacional-desenvolvimentista e nossa atual inserção no mundo globalizado.

Em tal cenário, a comunidade se torna um lugar de segurança e identidade, de lócus para a reprodução social e simbólica. Em minha pesquisa de campo apareceu constantemente essa alusão à comunidade como lugar de relações interpessoais mais fraternas e de vivência mais intensa da identidade católica por meio do conhecimento e da doutrina católica. Um espaço social idílico, a salvo do “mundo”, entendido como lugar do pecado, do desregramento de vida, etc.

Esse movimento de constituição de grupos religiosos fechados sobre si mesmos contrasta com o movimento que segmentos católicos passaram a realizar no Brasil nos fins dos anos 50 e que se intensificou da década de 60 em diante movido pelos ventos do Concílio Vaticano II, pela opção pelos pobres feita pelo episcopado católico latino-americano e pela luta pela redemocratização. A participação na sociedade civil e na esfera pública política foi algo característico da militância católica, não apenas de vanguarda, mas moderada também. Entretanto, parece que amplos contingentes de católicos ficaram à margem desse processo de entrada na modernidade, apesar de levarem suas vidas em meio ao processo de modernização social e cultural. Elementos religiosos tradicionais do catolicismo – como uma visão religiosa de mundo encantada – permaneceram convivendo com todas as reformas radicais na Igreja Católica proporcionadas pelo Vaticano II, e estão sendo reavivados pela atuação da RCC – especialmente por uma fração da classe média católica que reencontra um lugar no mundo em uma perspectiva de “fuga do mundo”.

A expressão *cidadania “renovada”*, cunhada por mim, visava dar conta da possibilidade das Novas Comunidades estarem se inserindo no movimento de partes do catolicismo de interesse na esfera pública política e de participação na

sociedade civil. Perguntava-me se essas Comunidades poderiam estar superando o viés de “fuga do mundo” característico da RCC, já que a própria RCC, na medida em que foi se institucionalizando e se inserindo nas estruturas eclesiais, foi obrigada – pelo menos em seu discurso e práticas oficiais – a mitigar os elementos de conflito com a hierarquia eclesiástica. E como lideranças da RCC têm nos últimos anos se envolvido com a política partidária conquistando cargos no legislativo de diversas partes do país, assim seria possível que o catolicismo pentecostal – mesmo que em movimento mimético – estivesse seguindo as pegadas do pentecostalismo evangélico e se envolvendo com a sociedade política.

Entretanto, o trabalho de campo revelou que apesar da independência face ao controle institucional da RCC, as Novas Comunidades reproduzem em seu interior a matriz carismática da RCC e a conseqüente via mística está presente, associada a um ideal de fraternidade vivido em comunidade. Não obstante a diversidade empírica de Comunidades, com diferentes formatos e orientações, a matriz carismática é muito visível.

A visão religiosa de mundo presente repõe a tradicional dicotomia do catolicismo pré-conciliar entre natural e sobrenatural, entre mundano e divino, entre Igreja e mundo. Mas acrescenta ainda a dicotomia entre comunidade e sociedade, vista como lugar do pecado e do desregramento, dos valores mundanos. Não há um *continuum* que proporcionasse a comunicação entre o mundo da vida dessas Comunidades com a sociedade civil e a esfera pública. A busca de uma vida virtuosa em comunidade, perseguindo um ideal de fraternidade e marcada pela matriz carismática, envolve um certo grau de ruptura e rejeição do mundo nessas Comunidades que dificulta um despertar para uma atuação na esfera pública e de participação na sociedade civil. E quanto mais uma Comunidade se aproxima do ideal de vida virtuosa do catolicismo – o monge – e mais ênfase dá na ruptura e distanciamento do mundo, mais difícil fica esse possível despertar, mais improvável fica a constituição de uma cidadania “renovada”.

O que constatei no trabalho de campo foi a presença de um espírito caritativo tradicionalmente católico guiando a ação social daquelas Comunidades que desenvolviam alguma forma de ajuda aos empobrecidos. Algo que estava longe dos avanços das últimas décadas em matéria de ação social mesmo se compararmos com a doutrina social oficial da Igreja Católica. Se compararmos

então com os trabalhos que as Pastorais Sociais da CNBB ou algumas dioceses desenvolvem, a distância se acentua ainda mais. O pobre é visto como objeto de caridade, de auxílio material e, sobretudo, de ajuda espiritual: será a adesão ao “Senhor Jesus” que irá mudar a sua sorte de pobre, de miserável. Mesmo no melhor dos casos, quando a ação principal da Comunidade – a sua missão – é o trabalho educacional com os pobres, o espírito caritativo tradicional está presente. É preciso “civilizá-los”, e isso seria a cidadania.

O foco da ação educativa está na evangelização, entendida como explicitação de uma dimensão transcendente ou sobrenatural – Deus – que rege a vida humana exigindo um bom comportamento, traduzido em partilha de bens e respeito mútuo. Porém isso é muito frágil diante da dinâmica social de pobreza e de desigualdade que envolve esses alunos. Alguns membros de Comunidade que trabalham em escolas públicas de áreas segregadas do Rio relatam como os alunos desses lugares são difíceis de evangelizar e educar, quando comparados com os alunos atendidos em suas escolas confessionais. Essa situação revela o pouco alcance e eficácia que pode ter o projeto educacional de Comunidades que atuam segundo um modelo caritativo de ação já há muito tempo abandonado pelas escolas católicas tradicionais. Não poderia ser mais eficaz e mais abrangente engajar-se na luta pela melhoria do ensino público? Porém isso pareceria ir contra o fulcro principal da Comunidade: a evangelização. Novamente a dicotomia entre agir no mundo, transformá-lo e rejeitar o mundo e seus valores está presente impedindo uma passagem para a esfera pública e a participação na sociedade civil.

No entanto, como também percebido no trabalho de campo, o fechamento à esfera pública e à sociedade civil pode ser contrabalançado pela inserção na vida diocesana. Se uma Comunidade receber um direcionamento para se inserir na vida pastoral da diocese – especialmente se essa diocese possuir uma linha de ação que contemple a participação social e política como uma exigência da fé cristã – as chances de abertura para a esfera pública política e para sociedade civil aumentam. Mas tudo dependerá dessa interação entre as instâncias eclesiais diocesana e estrutura pastoral com o tipo de Comunidade. Se a Comunidade for marcadamente voltada para uma busca de uma vida virtuosa pela via mística e a diocese for de uma linha pastoral engajada, as divergências serão muitas e constantes. A Comunidade tenderá a se isolar.

Mas a realidade das Novas Comunidades é mais complexa e dinâmica do que os limites temporais e espaciais impostos por esta pesquisa podem demonstrar. As Novas Comunidades estão presentes em todas as regiões do país, no interior e nas capitais. As Comunidades nascidas no sertão nordestino ou no norte de Minas Gerais, por exemplo, com certeza guardam dinâmicas próprias em contextos socioculturais que diferem bastante da região metropolitana do Rio de Janeiro aqui estudada. Assim, ao invés de generalizações muito abstratas, convém tomar o presente estudo como uma aproximação a essa realidade empiricamente muito diversificada das Novas Comunidades e que possui sua especificidade própria na região metropolitana do Rio de Janeiro graças aos fatores eclesiásticos, socioeconômicos e culturais que estruturam os espaços de seu desenvolvimento.

Como “filhas” da RCC, as Novas Comunidades, como visto nessa pesquisa, participam do retorno do catolicismo pré-conciliar, e pouco interesse apresentam até o momento pela sociedade civil e pela esfera pública política. Porém, uma coisa é inegável: a contínua multiplicação das comunidades de vida e aliança pelo território brasileiro demonstra uma nova fase do catolicismo pentecostal que vai se consolidando na Igreja Católica e que espera por mais pesquisas empíricas, pesquisas de maior fôlego e profundidade do que a presente foi capaz de realizar.

Estou consciente que segui nessa exposição da minha pesquisa, nos capítulos anteriores, um percurso “canônico”, “clássico” e que se tivesse tomado outro caminho metodológico encontraria outros resultados com a matização de alguns aspectos que ficaram de fora ou foram apenas citados, como a própria relação entre a autoridade eclesiástica e as Novas Comunidades, que por si só já daria uma nova pesquisa. Contudo, por questões de tempo e pelo interesse de mapear e apresentar a realidade pouco conhecida dessas Comunidades preferi trilhar um caminho mais seguro e conhecido. Em pesquisas posteriores, a abordagem etnográfica será um elemento imprescindível para se compreender os meandros de um fenômeno tão novo e complexo como são as Novas Comunidades.